

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E EVASÃO ESCOLAR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS CAMPUS MANAUS- CENTRO

Érica Oliveira de Castro Farias ¹

RESUMO

A evasão escolar está presente em todos os níveis da educação brasileira e não é possível dissociá-la da realidade social que é produzida historicamente pelo próprio homem. A universalização da educação básica ainda não é uma realidade para todos os brasileiros e o acesso e permanência são problemas reais nesse contexto. Apesar de algumas medidas governamentais para a redução da evasão escolar, as políticas públicas existentes ainda se mostram pouco eficientes para garantir a permanência do aluno na escola. Nesse viés, as questões sociais que perpassam a vida do aluno contribuem diretamente para o fracasso escolar de milhares de brasileiros, e isso é perceptível ao se verificar que as classes desfavorecidas amargam maior percentual de desistência. Para tanto, a coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, documental e observação direta com a confecção de diário de campo. Os dados foram analisados à luz da análise textual discursiva- ATD. Assim, percebe-se que as expressões da questão social influenciam no processo de evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus-Centro e por mais que existam ações de Assistência Estudantil nem sempre elas conseguem comportar toda a dinâmica que permeia a vida dos alunos, especialmente no que diz respeito aos fatores socioeconômicos.

Palavras-chave: Evasão Escolar, Expressões da Questão Social, Assistência Estudantil.

INTRODUÇÃO

A questão social, objeto de intervenção do assistente social, diz respeito às contradições existentes entre capital e trabalho, onde se expressa nas mais variadas formas. Para Yamamoto (2010), a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista, sendo derivada do caráter coletivo da produção. Com base no exposto é que surgem reflexões acerca de como essas situações de desigualdade sociais repercutem no ambiente escolar.

A partir das vivências enquanto assistente social, das leituras prévias e da participação na Comissão de construção do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes do campus Manaus- Centro, a pesquisadora buscou compreender de que forma as expressões da questão social incidem sobre a evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM Campus Manaus-Centro. Para isso, lançou mão de pesquisa bibliográfica, documental e da observação direta com a construção de diário de campo.

¹Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas –IFAM Campus Manaus Centro. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas –IFAM Campus Manaus Centro – AM. E-mail: erica.farias@ifam.edu.br;

A partir da coleta desses dados foi realizada a sua análise por meio de Análise Textual Discursiva- ATD com base em Moraes e Galiuzzi (2016). Os resultados prévios apontaram que a evasão escolar no âmbito do IFAM/CMC são múltiplas, assim como em outras instituições de ensino. Trata-se de um fenômeno multifacetado e que requer intervenção dos mais variados atores sociais. Percebe-se que as vulnerabilidades socioeconômicas contribuem para a descontinuidade dos cursos por parte de alguns alunos, mas que nem sempre são fatores determinantes, estando atreladas a outros.

Assim, é possível inferir que há a necessidade de cada vez ampliar o fomento acerca da assistência estudantil e de seus programas no âmbito institucional, sendo de grande valia a construção de estratégias sólidas de aproximação da família à escola, bem como das mudanças atitudinais dos profissionais que compõe a Instituição de Ensino, tais como a desburocratização de acesso aos benefícios socioassistenciais, melhorias na dinâmica e didática das aulas, intervenções antecipadas com a intenção de manutenção do aluno no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Após a coleta de dados que ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, documental e observação direta com a confecção de diário de campo foi realizada a sua análise e interpretação por meio da metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD), que vai ao encontro das pesquisas com abordagem qualitativa. A ATD proporciona uma imersão nos dados coletados em busca da compreensão dos fenômenos investigados. Para Moraes e Galiuzzi (2016), trata-se de um processo integrado de análise e de síntese onde se propõe a uma leitura aprofundada de materiais textuais, visando descrevê-los e interpretá-los a fim de atingir uma compreensão dos fenômenos e discursos a partir de onde foram produzidos.

O início da análise ocorreu com a desmontagem dos textos. Esse processo permitiu “uma incursão sobre o significado da leitura e sobre os diversificados sentidos que esta permite construir a partir de um mesmo texto”. (Moraes e Galiuzzi, 2016, p. 35). Essa gama de interpretações consideraram os aspectos relacionados à vivência e intenção dos autores, os referenciais teóricos de cada leitor e o próprio campo semântico ao qual se inserem. Após essa desmontagem de textos, tem-se o denominado *corpus* da ATD, que é a sua matéria-prima, “composto essencialmente de produções textuais, ou seja, aquelas que expressam discursos sobre diferentes fenômenos e que podem ser lidos, descritos e interpretados, correspondendo a uma multiplicidade de sentidos possíveis” (Moraes e Galiuzzi, 2016, p. 38).

Quanto à definição do corpus da pesquisa em tela, foram realizados levantamentos de textos e documentos produzidos ao longo do processo, tais como observações e registros de diário de campo, onde foram posteriormente submetidos a análise à luz da ATD, considerando sempre os objetivos e finalidades da pesquisa. Após a fragmentação dos textos e a codificação de cada unidade, deu-se início à reescrita de cada uma dessas unidades, de modo que elas assumissem um significado, o mais completo possível em si mesma.

Após o estabelecimento das unidades iniciou-se a fase denominada de categorização. Trata-se de um processo de classificação das unidades de análise que outrora foram produzidas a partir do corpus. A partir dela se constrói a estrutura de compreensão e de explicação dos fenômenos investigados (Moraes e Galiazzi, 2016). Nesta fase, também estará bem nítida a subjetividade do pesquisador, isto porque ele decidirá quais aspectos são mais relevantes a serem trabalhados, valorizando uns em detrimento de outros.

Em suma, para a construção de sistemas de categorias destacam-se dois processos que indicam movimentos em direções opostas. Para um lado, as categorias a priori, onde “o pesquisador deriva suas categorias de seus pressupostos teóricos, sejam eles explícitos ou implícitos”, ou seja, as categorias já estão definidas antes de se encaminhar a análise e a classificação propriamente dita das unidades” (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 139). E as categorias emergentes, que são aquelas que se manifestam a partir das múltiplas vozes dos sujeitos e onde o autor assume um posicionamento fenomenológico ao deixar com que os fenômenos se manifestem. Assim, as categorias geradas foram: evasão, expressões da questão social e assistência estudantil, onde serão desenvolvidas no referencial teórico.

Após a unitarização e o estabelecimento de categorias tem-se por fim o metatexto. Ele nada mais é do que o resultado, a compreensão estabelecida nos passos anteriores (unitarização e categorização). Ou seja, “são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto, um modo de teorização sobre os fenômenos investigados”. (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 54). Isso tudo remonta para aquilo que é uma das principais visões da ATD, que trata da construção de metatextos analíticos que expressem os sentidos elaborados a partir de um conjunto de textos. (Moraes e Galiazzi, 2016).

Em geral, “as categorias constituem os elementos de organização do metatexto que se pretende escrever. É a partir delas que se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise” (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 45). Para os autores, um metatexto precisa ter em seu bojo algo importante que o pesquisador tem a dizer sobre o fenômeno que investigou, com argumentos construídos a partir do envolvimento e da impregnação estabelecida entre o pesquisador e o fenômeno. O

texto precisa ter algo importante a dizer e defender e isso deve ser feito de maneira clara e com rigor.

Nesta pesquisa, a construção de metatexto considerou dois momentos: descrição e interpretação, conforme nos apontam Moraes e Galiazzi (2016). A descrição, considerada a primeira etapa da produção do metatexto, tem na categorização seu fornecedor de objeto de estudo descrito. É relevante considerar que não se trata de descrições superficiais e sim de um processo denso de descrição do fenômeno estudado. Pela própria complexidade que as desigualdades sociais sugerem, faz-se necessário um intenso aprofundamento em torno das categorias formadas para embasar a construção do metatexto.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, desde seu processo de redemocratização, a educação passou por profundas modificações que estão interligadas desde a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que deram origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS. Apesar de todas essas leis com objetivos que giram em torno da democratização e da universalização do acesso à educação, elas ainda apresentam-se ineficazes e ineficientes, pois problemáticas como evasão e retenção ainda são crescentes no sistema educacional brasileiro.

Mesmo com a ampliação do acesso e das melhorias para as condições de permanência dos alunos na escola, essas medidas apresentam-se insuficientes diante do caos e abandono que a educação passa há décadas neste país. Para Meira (2015) as consequências deste cenário é a potencialização das situações de desigualdade e exclusão, as quais se agravam no contexto escolar. Diante disso, a evasão escolar costuma causar uma reação em cadeia, afetando não apenas o aluno, mas a escola, o sistema de ensino, a família e a sociedade como um todo. (Batista Júnior, 2019).

De acordo com Queiroz (2006), a **evasão** é um fenômeno nacional que preocupa a todos e que pouco tem sido feito para a realização de uma real mudança nesse cenário. As distorções ocorrem, inclusive, quanto ao próprio conceito de evasão escolar, que são múltiplos e que nem sempre conseguem comportar a real dinâmica da problemática. Nesse sentido, Riffel e Malacarne (2010), consideram evasão como o ato de fugir, abandonar, sair, desistir, não permanecer em algum lugar. No âmbito escolar seria a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade. Queiroz (2006) corrobora dessa concepção referindo-se à evasão como ato ou processo de evadir, de fugir, se esquivar de compromissos que assumiu ou

que venha a assumir, a não conclusão de um ciclo de estudo no âmbito da instituição, ou seja, traduz-se em fuga e abandono.

Já para Dore e Lüscher (2011), a evasão escolar está associada à saída. Saída do aluno da Instituição, do sistema de ensino, sua retenção e repetência na escola, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono e posterior retorno à escola. Conceito interessante também é aquele adotado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, que foi designada pelo Ministério da Educação – MEC, onde aponta que não há unanimidade quanto ao termo. Esse documento distingue três tipos de evasão, considerando a realidade vivenciada no Ensino Superior:

- ✓ Evasão do sistema: o estudante abandona em definitivo ou temporariamente o ensino superior;
- ✓ Evasão do curso: o estudante desliga-se do curso superior pelas mais diversas situações: abandono (não se matricula), desistência (oficializada), transferência ou reopção (muda de curso), exclusão (por norma institucional);
- ✓ Evasão da Instituição: o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado (Comissão Especial de Estudos, 1996)

Ao final dos trabalhos dessa Comissão, optou-se pela definição de evasão como sendo “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (Comissão Especial de Estudos, 1996, p.19). A escolha por esse conceito deu-se pelo fato da ausência de dados relativos ao destino tomado pelos alunos evadidos, que ocorre a nível nacional.

Dessa forma, para o desenvolvimento desta pesquisa adotamos o conceito de evasão da Comissão supracitada, por acreditar que ele comporta os objetivos deste trabalho, principalmente pelo fato da pesquisa ser desenvolvida no âmbito da educação profissional e tecnológica. Partindo do pressuposto de que a evasão se manifesta de variadas formas no âmbito institucional, Polydoro (2000) elenca como um dos primeiros passos a serem dados para se enfrentar o problema da evasão é delimitar quais são suas diferentes formas de apresentação.

Há múltiplos aspectos que determinam a permanência ou não de um aluno no ambiente escolar. É possível dividi-los em dois grupos distintos que abrangem os fatores internos e fatores externos. Para Espínola (2010, p. 15), “os fatores internos são aqueles que ocorrem dentro da instituição de ensino e que influenciam diretamente o aluno à desistência”. As expectativas criadas sobre o ambiente educacional e as frustrações frente à essas perspectivas, tendem a contribuir negativamente com o processo de formação, especialmente pelo fato da não adequação da linguagem em sala de aula e a desconsideração das vivências dos alunos.

O abandono escolar está ligado a múltiplos fatores que costumeiramente convergem, para **expressões da questão social** no Brasil. A miséria, a fome, ausência de saúde, saneamento básico, desemprego são apenas alguns dos fatores aos quais é possível associar a saída de crianças e adolescentes do ambiente escolar. Apesar do acesso às escolas ter sido ampliado, o maior entrave nos dias atuais estaria na permanência e êxito desses alunos. Nesse sentido Batista, Souza e Oliveira (2009), apontam que a evasão escolar não é apenas um problema restrito aos muros da escola, e que é o reflexo das profundas desigualdades sociais do nosso país, configurando-se como um problema social.

A questão social é uma categoria que está diretamente ligada ao modo capitalista de produção, habitando justamente na contradição entre capital e trabalho, proletariado e burguesia, manifestando-se no cotidiano das pessoas e exigindo intervenções que estejam para além da caridade ou da repressão por parte do Estado. Para Carvalho e Yamamoto (1983) a questão social é expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Nesse viés, as questões sociais que perpassam a vida do aluno e suas múltiplas expressões incidem diretamente para o fracasso escolar de milhares de brasileiros. Para Glavam e Cruz (2013), tal situação é perceptível ao se verificar que as classes mais desfavorecidas amargam maior percentual de desistência escolar, ainda outras procuram responsabilizar os atores, seja o aluno, família, educadores, escola ou sistema educacional quanto a essa falta de êxito. A evasão escolar em si já é uma das expressões da questão social.

Para Badaró (2013), a questão social, que tem sua gênese no conflito capital X trabalho, apresenta atualmente múltiplas expressões, que incluem desde as discriminações de gênero até a falta de acesso à saúde, educação, e violação de direitos nas diversas faixas etárias. Ela exige articulação diversificada de políticas públicas que sejam capazes de reinserir essas pessoas numa perspectiva de garantia de direitos, considerando a própria conjuntura histórica, econômica, social e política do país.

Na realidade dos alunos do IFAM/CMC essas questões socioeconômicas tentam ser mitigadas através da **Assistência Estudantil**, que realiza a transferência de renda em forma de benefícios que visam a garantia de permanência e êxito escolar. Ela contribui para o processo formativo de vários alunos em vulnerabilidade socioeconômica preconizando pelo direito de ir e vir, se alimentar e ter recursos para a compra de materiais que visem a sua manutenção na escola. Diante do seu grau de importância há uma luta constante pela sua desburocratização, celeridade de repasse e fomento por conta das autoridades.

A Política de Assistência se materializa no âmbito do campus por meio do Programa Socioassistencial Estudantil e dos Programas Integrais, sendo que esses últimos abrangem projetos e monitorias acadêmicas. Em ambas as situações o público alvo são aqueles alunos que apresentam maiores chances de evasão e retenção escolar relacionadas às vulnerabilidades sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto aos resultados é possível inferir que as expressões da questão social incidem sobre a evasão escolar, porém não é o único fator. Os anseios dos jovens, o acompanhamento familiar, as longas horas de estudos por conta do currículo integrado e da metodologia e adequação das aulas também contribuem diretamente para a permanência e êxito dos estudantes, somados a isso tem-se a falta de moradia digna e espaço para estudos em casa, o desemprego dos pais e/ou responsáveis, dificuldades de acesso à saúde, além de outras violações e ausências de direitos.

Com isso, foi possível elencar três categorias de análise, quais sejam: as expressões da questão social, evasão e assistência estudantil. Esta última, apesar da organização e execução no âmbito do campi, ainda mostra-se insuficiente diante da demanda. Há a necessidade de fomento e ampliação da transferência de benefícios aos alunos a fim de garantir seu direito de ir e vir para a Instituição de Ensino, assim como a garantia de aulas de qualidade visando sua formação humana integral.

Ao pensar a formação humana integral o IFAM/CMC compreende a necessidade de preparar seus alunos para o exercício de cidadania, considerando suas realidades, desafios e potencialidades. Viabilizando meios para que o acesso, permanência e êxito sejam ampliados e de fato colocados em prática com qualidade de ensino. Somados ao papel da família, o poder público e a sociedade de maneira geral também contribuem com essa formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, no que diz respeito à evasão escolar, compreende-se que o IFAM Campus Manaus-Centro precisa avançar quanto à construção de fluxos que possam identificar as causas que levam seus alunos a saírem sem concluir o curso e que os profissionais que fazem parte da Instituição de Ensino possam ter mais empatia e adequação das metodologias aplicadas em sala de aula. Além disso, é necessário que os espaços de fala e de escuta sejam ampliados e que

as famílias e alunos possam compartilhar de seus processos fazendo com que o êxito escolar se manifeste.

Nesse contexto, pensar em formação humana integral vai muito além do mero repasse de benefícios assistenciais. É compreender a conjuntura política e econômica que perpassa a vida dos estudantes e que ultrapassam os muros da escola. Fortalecer esse indivíduo para o enfrentamento das adversidades que se apresentam na sociedade requer uma compreensão de que isso deve ser para além do letramento e que é a partir de seu cotidiano e de suas vivências que a escola poderá intervir de maneira assertiva.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Lúbia. Múltiplas Expressões da Questão Social ecoam sobre a Infância e Juventudes. **Ser Social**, Brasília, V.15, n.32, p.167-183, jan./jun.2013. Disponível em: [file:///C:/Users/%C3%89rica/Downloads/23631%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/%C3%89rica/Downloads/23631%20(2).pdf). Acesso em 07 de jan. de 2022.

BATISTA JÚNIOR, AHerton. **Motivos da evasão na visão dos alunos evadidos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFMG- Campus Arinos**, 2019. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2284/1/aherton_batista_junior.pdf. Acesso em: 17 de fev.de 2022.

BATISTA, S. D., SOUZA, A. M., OLIVEIRA, J. M. S. - A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.9, n.19, 2009. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229>. Acesso em:19 de fevereiro de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 ago. 2021.

_____. Lei nº 9.394 de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 de julho de 2021.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em 26 de dez. de 2021.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília, 1996. Disponível em:

https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 19 de julho 2021.

DORE, Rosemary. **Evasão e repetência na Rede Federal de Educação Profissional.**

XXXVII REDITEC, Maceió, AL, 2013. Disponível em:

<http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf/>. Acesso em: 08 de fev. de 2022

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. V.41 N.144 SET./DEZ. 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 de fev. de 2022.

ESPÍNOLA, Flauberthy Almeida Lima. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino médio**. Guarabira: UEPB, 2010. Disponível

em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1436/1/PDF%20-%20Flauberthy%20Almeida%20Lima%20Esp%C3%ADnola.pdf>. Acesso em 14 de jan. de 2022.

GLAVAM, R. B., CRUZ, H. A. - **Estudo da Evasão Escolar dos Cursos Profissionalizantes em uma Unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina – SENAI**, X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT, outubro, 2013, Resende, RJ. Disponível em

<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/31818288.pdf>. Acesso em 18 de fev. de 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

Meira, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo** / Cristiane Araujo Meira. – 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/2522>. Acesso em: 14 de jan. de 2022.

Polydoro, S. A. J. (2000). O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição. **Tese de Doutorado**. Campinas: UNICAMP-Faculdade de Educação. Disponível em:

<https://www.scienceopen.com/document?vid=0503a214-e633-4094-b31f-23f7651061ff>. Acesso em: 12 de dez. de 2021

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 64, n. 147, p. 3869, maio-ago. 2006.

Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina, PR**, 2010. Disponível em:



<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>. Acesso em 22 de dez. de 2021.